



**Prefeitura Municipal de Vassouras  
Estado do Rio de Janeiro**

**Mensagem nº 030/2007**

**Senhor Presidente,**

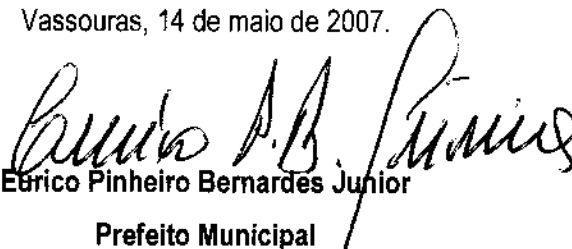
**Senhores Vereadores.**

Temos a grata satisfação de submeter à apreciação dessa Colenda Casa Legislativa, **em caráter de urgência urgentíssima**, o Projeto de Lei que **dispõe sobre a alteração da Lei nº 1.756, de 19 de agosto de 1996, que criou o Conselho Municipal de Educação.**

Cabe ressaltar, por oportuno, que a presente tem como escopo a nova realidade educacional, face ao que dispõe a Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes Básicas - LDB, permitindo atender e dar um fiel cumprimento a Lei Federal.

Certos da compreensão e sensibilidade de Vossas Excelências quanto ao acolhimento e aprovação do presente Projeto de Lei, reiteramos protestos de estima e consideração.

Vassouras, 14 de maio de 2007.

  
**Eurico Pinheiro Bernardes Junior**  
**Prefeito Municipal**

## Projeto de Lei nº 220/2007

**Dispõe sobre a alteração da Lei 1.756, de 19/08/1996, que criou o Conselho Municipal de Educação.**

### **CAPÍTULO I** **Da Natureza e Finalidade**

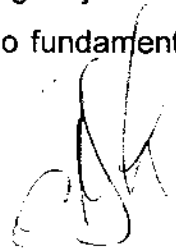
Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Educação, órgão colegiado de caráter paritário, com a finalidade básica da melhoria da qualidade da Educação, tendo como funções: deliberar, normatizar, mobilizar, fiscalizar e ser o órgão consultivo do Sistema Municipal de Ensino do Município, na forma do artigo 166, parágrafo Único, da Lei nº 1.450, de 05 de abril de 1990 – Lei Orgânica do Município de Vassouras.

Parágrafo Único – O âmbito de competência do Conselho Municipal restringe-se à Educação Infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade o Ensino Fundamental.

Art. 2º - O Conselho Municipal de Educação (CME) terá, respeitadas as diretrizes e bases estabelecidas pela Lei 9394/96 e as disposições supletivas da Legislação estadual, além das atribuições que lhe forem delegadas pelo Conselho Estadual, as seguintes competências:

I – Participar da formulação da política de Educação do Município, analisando e propondo diretrizes educacionais;

II – Zelar pelo cumprimento da Legislação federal, estadual e municipal, aplicáveis à educação infantil e ao ensino fundamental do Município;



III - Propor a Secretaria Municipal de Educação escala de prioridades para destinação dos recursos orçamentários, na fase de elaboração da proposta anual do orçamento;

IV - Fiscalizar a aplicação dos recursos orçamentários destinados à Educação do Município, buscando assegurar a prioridade do ensino fundamental;

**V - Emitir parecer sobre programas e projetos de organização, expansão e aperfeiçoamento do sistema municipal, a serem executados com recursos próprios do município;**

**VI – Emitir parecer sobre programas e projetos que forem objeto de convênios ou acordos com outras esferas de governo ou com entidades públicas ou particulares, especialmente os programas de municipalização do ensino;**

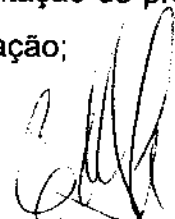
VII – Aprovar o plano municipal de educação;

VIII – Fiscalizar o cumprimento da obrigatoriedade da realização da chamada anual da população escolar;

IX – Participar da análise de dados obtidos na chamada anual da população escolar, propondo alternativas para expansão do atendimento;

X – Fixar critérios e emitir parecer sobre destinação ou cancelamento de recursos públicos municipais concedidos a instituição de caráter educativo na forma de bolsas, convênios ou outros meios;

XI – Propor programas de capacitação de professores a serem implementados pela Secretaria Municipal de Educação;

A handwritten signature in black ink, consisting of stylized, overlapping loops and strokes, located at the bottom right of the page.

XII – Estabelecer normas para o funcionamento de Conselhos Comunitários em todas as unidades escolares de ensino fundamental do Sistema Municipal de Ensino Público, com o objetivo de acompanhar o nível pedagógico da escola, assegurada a participação paritária de professores, estudantes e pais ou responsáveis e funcionários do estabelecimento;

XIII – Verificar o desempenho do Sistema Municipal de Ensino face às diretrizes e metas estabelecidas;

XIV – Deliberar sobre casos, problemas e situações específicas que se apresentem no município;

XV – Fazer publicar os atos e documentos cuja publicidade seja necessária.

## CAPÍTULO II

### Da composição

Art. 3º - O Conselho Municipal de Educação é composto de 08 membros efetivos e 08 suplentes nomeados pelo Prefeito dentre pessoas de comprovada atuação na área educacional e de relevantes serviços prestados à Educação.

§ 1º - Haverá 04 representantes do Poder Público do Município, de livre escolha do Prefeito, e 04 representantes de entidades legalmente constituídas, com atuação no Município, que congreguem usuários, entidades mantenedoras do ensino e profissionais da Educação, ressaltando 04 suplentes governamentais e 04 não governamentais.

§ 2º - Dentre os membros indicados pelo Prefeito, a que se refere o parágrafo anterior, deverão estar incluídos, professores, diretores, administradores, orientadores, inspetores e supervisores educacionais, com



experiência comprovada de no mínimo cinco anos de docência e três anos em cargo técnico em exercício no Município.

§ 3º- Os representantes das entidades serão escolhidos pelos seus pares em reunião aberta ao público, previamente divulgado na comunidade.

Art. 4º- O exercício da função de conselheiro será gratuito, constituirá serviço relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

Art. 5º- A nomeação dos conselheiros será efetuada mediante decreto do Prefeito Municipal.

Art. 6º- O mandato dos conselheiros, terá um período mínimo de 5 anos , admitindo-se reconduções.

Parágrafo único - O mandato de qualquer conselheiro será considerado extinto nos casos de renúncia expressa ou tácita, configurando-se esta última pela ausência por mais de 04 reuniões consecutivas, sem justificativas de plenárias.

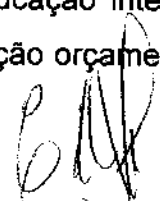
### CAPÍTULO III

#### Da Estrutura Básica

Art. 7º - É a seguinte a estrutura básica do Conselho:

- I - Presidência;
- II - Vice-Presidência;
- III - Secretaria;
- IV - Tesouraria;
- V - Câmaras.

Art. 8º - O Conselho Municipal de Educação integra a estrutura básica da Secretaria Municipal de Educação com dotação orçamentária



própria anual, para manutenção e funcionamento do mesmo, garantindo autonomia financeira junto ao órgão Executivo (como propõe a "Carta de Angra", documento elaborado no XVI Encontro Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – UNCME – órgão de representação nacional dos Conselhos Municipais de Educação – realizado nos dias 16, 17 e 18 de agosto de 2006).

Parágrafo Único - As despesas de manutenção do Conselho Municipal de Educação no exercício de 2007, correrão por conta da dotação Orçamentária consignada com a Secretaria Municipal de Educação.

#### CAPÍTULO IV

##### Dos Titulares dos Órgãos do Conselho

Art. 9º - São os seguintes os responsáveis pela direção e assessoramento dos da estrutura básica do Conselho:

- I- Da Presidência: Um Presidente;
- II- Da Vice – Presidência: Um Vice - Presidente;
- III- Da Secretaria: Um Secretário;
- IV- Da Tesouraria: Um Tesoureiro.

§ 1º - As competências dos Titulares dos Órgãos do Conselho serão detalhadas no Regimento Interno.

Art. 10 - A Presidência do Conselho, será exercida por um conselheiro eleito pelos membros que constituem o Conselho Municipal de Educação.

Parágrafo Único – O exercício das funções de Vice - Presidente, Secretário e Tesoureiro será regulamentado de acordo com o caput do artigo.



Art. 11 - As funções de conselheiros serão consideradas de relevante interesse público, tendo o seu exercício prioridade sobre o de qualquer outras funções.

## CAPÍTULO V

### Das Disposições Gerais

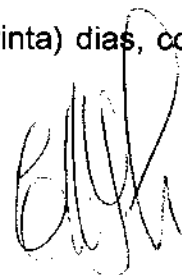
Art. 12- Dependem de homologação do Secretário Municipal de Educação as deliberações e pareceres do Conselho aprovados por menos de 2/3 (dois terços) de seus membros.

§ 1º - A homologação das deliberações e pareceres do Conselho será expressa no prazo de 30 (trinta) dias, contados da entrega da respectiva documentação no protocolo da Secretaria Municipal de Educação;

§ 2º - Decorrido o prazo referido no parágrafo anterior, sem comunicação ao Conselho de veto do Secretário, considerar-se-ão aprovadas as deliberações e pareceres, por portaria do Presidente do Conselho, expedida dentro de dez dias seguintes.

§ 3º - O Secretário Municipal de Educação poderá devolver para reexame ou esclarecimento, no prazo a que se refere o § 1º, os atos submetidos à sua homologação, interrompido, neste caso, o aludido prazo.

Art. 13 - Os projetos de deliberação sobre qualquer matéria de competência do órgão, encaminhados pelo Secretário Municipal de Educação, deverão ser votados no prazo de 30 ( trinta) dias, contados da data protocolada no Conselho.

A handwritten signature in black ink, located in the bottom right corner of the page. The signature is stylized and appears to be a personal name, possibly 'Eduardo' or similar, written in a cursive script.

**CAPÍTULO IV**  
**Das Disposições Transitórias**

Art. 14 - As despesas com a instalação do Conselho Municipal de Educação correrão à conta de recursos orçamentários destinados à Secretaria Municipal de Educação, enquanto não houver dotação orçamentária própria prevista na Lei Anual de Orçamento Municipal.

Art. 15 – O Conselho Municipal de Educação é regido por Regulamento próprio que poderá ser alterado ou acrescido, devendo ser aprovado por 2/3 dos seus membros, e homologado por ato do poder Executivo.

Art. 16 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.

***Eurico Pinheiro Bernardes Junior***  
***Prefeito***

